

**Texto I**

O trabalho escravo ainda é uma violação de direitos humanos que persiste no Brasil. A sua existência foi assumida pelo governo federal perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995, o que fez com que se tornasse uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a escravidão contemporânea em seu território. Daquele ano até 2016, mais de 50 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão em atividades econômicas nas zonas rural e urbana.

Mas o que é trabalho escravo contemporâneo? O trabalho escravo não é somente uma violação trabalhista, tampouco se trata daquela escravidão dos períodos colonial e imperial do Brasil. Essa violação de direitos humanos não prende mais o indivíduo a correntes, mas compreende outros mecanismos, que acometem a dignidade e a liberdade do trabalhador e o mantêm submisso a uma situação extrema de exploração.

<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-2/trabalho-escravo-e-ainda-uma-realidade-no-brasil/>

**Texto II****Vaquejada, filho de deputada e empresa espanhola estão na nova ‘lista suja’ do trabalho escravo**

Na Vaquejada de Serrinha, uma das mais tradicionais da Bahia, enquanto vaqueiros concorriam a prêmios de até R\$ 50 mil e Anitta e Luan Santana eram as principais atrações do evento, 17 funcionários responsáveis por cuidar dos animais trabalhavam em situação análoga à escravidão. Alguns dos trabalhadores dormiam em redes no curral, mesmo lugar onde se alimentavam, ao lado das fezes dos animais. Não havia geladeira, mesas ou cadeiras.

A fiscalização feita pelos auditores fiscais do trabalho em parceria com o Ministério Público do Trabalho aconteceu em setembro de 2016 no Parque de Vaquejada Maria do Carmo e responsabilizou a administração do evento por uso de mão de obra análoga à escravidão. O parque é um dos 28 novos empregadores na ‘lista suja’ do trabalho escravo divulgada em 3/10/2019 pelo Ministério da Economia – esses 28 integrantes foram responsáveis por terem submetido 288 trabalhadores à escravidão moderna.

<https://reporterbrasil.org.br/2019/10/vaquejada-filho-de-deputada-e-empresa-espanhola-estao-na-nova-lista-suja-do-trabalho-escravo/>

**Texto III**

**Site de denúncia** contra trabalho escravo contribui para a fiscalização e a coleta de informações voltadas ao combate desta grave violação dos direitos humanos. A ferramenta resultou da parceria entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). (...) O objetivo é ampliar o número com o apoio de organizações da sociedade civil e do governo. A iniciativa surgiu devido à necessidade de um canal específico para comunicar situações análogas à escravidão.

<https://canalrural.uol.com.br/noticias/portal-busca-ampliar-numero-denuncias-contratrabalho-escravo-63527/>

**PROPOSTA DE REDAÇÃO:** Imagine que você seja o diretor da ONG “ESCRAVIDÃO NUNCA MAIS!”. Considere também o fato de que em sua cidade haja focos de trabalho análogo ao de escravo. Escreva uma CARTA ARGUMENTATIVA, endereçada ao Ministério Público do Trabalho. Essa carta deverá conter:

- ✓ apresentação não só da ONG “ESCRAVIDÃO NUNCA MAIS!”, como também da sua atuação;
- ✓ denúncia do foco de trabalho escravo;
- ✓ sugestão e pedido de providências acerca do fato.

\*\*\*

**O que é Carta Argumentativa?**

Carta argumentativa é um gênero textual que se apropria do tipo dissertativo. Ainda há quem pense que uma dissertação argumentativa com data, vocativo e assinatura configura-se uma carta. Isso é engano. Quando se fala em carta argumentativa, espera-se que, ao longo do texto, as marcas de interlocução sejam mantidas (vocativos, pronomes) – é fundamental não esquecer que se escreve para uma pessoa/entidade pré-determinada. Por meio da carta argumentativa, pretende-se convencer o interlocutor (uma pessoa ou uma entidade) sobre o que está sendo enfrentado e pedido, e não qualquer interlocutor (leitor universal), como acontece quando se escreve uma dissertação argumentativa. Assim, não basta apenas a “moldura” do texto para que se configure uma carta. É possível escrever na 1.ª pessoa do singular (quando o próprio remetente dirige-se ao destinatário) ou na 3.ª pessoa do singular (quando o remetente, em nome de uma entidade, dirige-se ao destinatário). Nas cartas formais é preciso, também, empregar os pronomes de tratamento respeitosos.

**Atenção à estrutura-padrão da carta:**

- . Data;
- . Vocativo, distinção do cargo do destinatário;
- . Apresentação do remetente (nos vestibulares, só as iniciais – o candidato não pode se identificar);
- . Apresentação do assunto;
- . Argumentação;
- . Pedido/intenção;
- . Despedida;
- . Assinatura (só as iniciais).